

O ACOMPANHAMENTO SOCIOEDUCATIVO DOS ADOLESCENTES E SEUS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

THE SOCIO-EDUCATIONAL MONITORING OF ADOLESCENTS INVOLVED IN INFRACTIONAL ACTIONS AND THEIR PROCESSES OF SUBJECTIVATION

Daniela Aparecida Araujo Fernandes **1**

Roberta Carvalho Romagnoli **2**

Resumo: Esse estudo tem como tema o acompanhamento socioeducativo de adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) em uma capital da região norte do Brasil, objetivando investigar os processos de subjetivação que atravessam esses adolescentes. Nesse contexto busca mapear as linhas reprodutivas e inventivas nas relações cotidianas entre a equipe de atendimento e os adolescentes. Para tal, tem como marco teórico a esquizoanálise e a cartografia como método de pesquisa. Além da inserção no campo de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. A complexidade das relações entre a equipe e os adolescentes conduz geralmente à reprodução e à antiprodução. A equipe se encontra precarizada nas relações de trabalho e o acompanhamento socioeducativo pode ser um modo de institucionalizar e controlar os adolescentes, em uma lógica segregativa e coercitiva, distanciando-se da proposta socioeducativa, e não funciona como um intercessor para novas construções existenciais.

Palavras-chave: Acompanhamento Socioeducativo. Medidas Socioeducativas. Adolescentes. Processos de Subjetivação.

Abstract: The theme of this study was the socioeducational monitoring of teenagers of Centro de Atendimento Socioeducativo [Socioeducational Treatment Center] (CASE) in a capital city of Brazil's north region, seeking to investigate the subjectivation processes that cross those teenagers. In that context we seek to map the reproductive and inventive lines in the daily relations between the treatment staff and the teenagers. For such, we selected as theoretical framework schizoanalysis and cartography as research methods. Besides the insertion in the research field, we carried out semi-structured and chat sessions. The complexity of the relations between the staff and the teenagers leads often to reproduction and anti-production. The staff finds itself weakened in the work relations and the socioeducational treatment can be a way of institutionalize and control the teenagers, in a segregator and coercive logic, moving away for the socioeducational propose, and does not work as an intercessor for new existential constructions.

Keywords: Socioeducational treatment. Socioeducational Measures. Teenagers. Subjectivation Processes.

Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9401811826498289>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9834-0841>. E-mail: danimanduca@gmail.com **1**

Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0924610511932717>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3551-2535>. E-mail: robertaroma1@gmail.com **2**

Introdução

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), presenciamos em nosso país, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes assegurando assim sua proteção, priorizando as crianças e adolescentes cujos direitos estão ameaçados ou violados em situações de infração ou vulnerabilidade social, para os quais possui medidas especiais. A partir de 1990, o ECA passa então a regular os direitos legais de crianças e adolescentes em nosso país, consistindo nas normas do ordenamento jurídico que têm como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente.

Anterior ao ECA, existia o Código de Menores de 1927, documento que legitimava a Doutrina da Situação Irregular que se aplicava apenas às crianças e adolescentes em condição inadequada. A condição inadequada é entendida como violação das regras sociais ou pelo não atendimento das necessidades básicas. Nesse contexto, este código tratava os adolescentes como “menores”, incapazes, não sujeitos de direitos, sendo assim não autônomos (Silva, Souza, Teixeira, 2003).

Contudo, é preciso destacar que no Brasil, vivemos condições históricas, políticas e culturais, que questionaram a Doutrina da Situação Irregular e o Código de Menores. Observamos que foi através da influência de diversos movimentos sociais, na década de 60 e 70 no Brasil, que a criança e o adolescente passaram a ser considerados como sujeitos de direitos face às peculiaridades de desenvolvimento. Todo esse processo deve-se às forças da época, à reabertura democrática e à necessidade da promoção dos direitos sociais, econômicos e civis.

A substituição da Doutrina Irregular pela Doutrina de Proteção Integral rompe com a tradição do “menor”, sustentada pelo Código de Menores. A mudança desse documento para o ECA na lei nº 8.069 ocorre no âmbito internacional e nacional. No cenário internacional foi através da Convenção dos Direitos da Criança de 1989, na qual o Brasil e diversos países faziam cumprir os direitos da infância e da juventude previstos na Declaração dos Direitos da Criança de 1959. Já no cenário nacional, os movimentos sociais exigiam do Poder Legislativo um estatuto que estabelecesse a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, previstos na constituição de 1988. Para regulamentar o ECA houve a participação de órgãos governamentais e não governamentais (Silva, Souza, Teixeira, 2003).

As medidas de proteção são aplicáveis a crianças e adolescentes de até 18 anos de idade incompletos que tenham seus direitos ameaçados ou violados, conforme o artigo 98: “[...] ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e em razão de sua conduta” (Brasil, 2008, p.32). Para tal, leva-se em consideração as necessidades pedagógicas e sobretudo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

As medidas socioeducativas, aplicadas pela autoridade competente a adolescentes entre 12 e 18 anos de idade incompletos e que tenham cometido alguma infração são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, além da inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. O regime de semiliberdade e a internação devem ser cumpridas em estabelecimento próprio para adolescentes, e deve oferecer escolarização, profissionalização e atividades pedagógicas. Por outro lado, as medidas socioeducativas são em ordem crescente de severidade, sendo as duas últimas em regime fechado (semiliberdade e internação).

Na proposta das medidas socioeducativas, há um importante ordenador da política denominado por Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, na qual, materializa a política pública que está inserida no Sistema de Garantia de Direitos, para inclusão do adolescente em conflito com a lei. Tem função de articular e atua juntamente com os diferentes sistemas estaduais, distritais e municipais e com os diferentes campos das políticas públicas e sociais voltadas a este público.

As medidas socioeducativas são direcionadas à prevenção, buscam impedir novos atos infracionais, bem como ressocializar o adolescente que entrou em conflito com a lei. Vale lembrar que este caráter de ressocialização ocorre principalmente pela ação pedagógica dessas medidas. O acompanhamento socioeducativo, por sua vez, se dá no contexto do atendimento aos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), que é um equipamento institucional destinado ao cumprimento da medida

socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

Nesse tocante, as medidas socioeducativas e medidas protetivas possuem objetivos distintos, mas ambas se pautam na garantia de direitos. Nesta pesquisa, realizamos o desvelamento das relações equipe/adolescentes, examinando as atividades do CASE, e as linhas que atravessam os “meninos” na instituição, a partir de uma realidade cartografada. Os adolescentes são denominados por “meninos” por toda a equipe de trabalho e comunidade. Destacamos que estas são realidades que engendram os processos de subjetivação. No CASE, a equipe técnica realiza o acompanhamento socioeducativo em atividades como o acolhimento, elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), mediante atendimentos individuais, familiares e grupais com a produção de relatórios de avaliação comportamental.

O acompanhamento socioeducativo, que efetua ações de atendimento socioassistencial destinadas a indivíduos e famílias em situação de violação de direitos, se faz na transversalização da dimensão macropolítica composta por instituições de âmbito representacional, leis e normas, com a dimensão micropolítica que se constitui no modo como as subjetividades se tensionam entre assujeitamentos e conexões de expansão da existência em seus diferentes territórios. Sustentado por essas duas dimensões, esse campo possui uma série de desafios em seu cotidiano lidando com casos complexos e multideterminados, que apresentam modos de existência estereotipados e fragilizados, nos quais há uma grande precarização da vida. Nesse sentido, a intervenção no campo socioeducativo se dá nessas duas dimensões e é essencialmente uma prática política com ações clínicas, sociais e pedagógicas, que provocam efeitos em todas as subjetividades envolvidas nesse processo.

A partir desses pressupostos nos propusemos a investigar os processos de subjetivação dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), buscando cartografar esses processos no cotidiano desses adolescentes, mapeando o que têm de reprodutivo e o que há de inventivo em suas relações, sobretudo no contexto do acompanhamento socioeducativo realizado pelos técnicos e mais especificamente por Psicólogas, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional e Enfermeira

A partir dessa leitura podemos pensar os adolescentes estudados endurecidos em sua construção subjetiva. Observamos que muitas das vezes esses segmentos se compõem por estratos rígidos sustentados pela criminalização, pela exclusão social e institucional e pela pobreza. Por outro lado, imanente a todos esses modelos, existe um campo sensível, que pode ou não ser agenciado nas relações que esses adolescentes estabelecem, que pode trazer outras formas de se colocar no mundo. Potências que podem ser ativadas, seja no acompanhamento socioeducativo, seja nas outras conexões que eles fazem com a vida. “Assim a subjetividade se configura e reconfigura num processo inseparável do fora que nutre e sustenta a realidade” (Parpinelli & Souza, 2005, p.484). O acompanhamento socioeducativo envolve abordar cada adolescente em sua singularidade, identificar as reproduções de “meninos” com pouca perspectiva de ressocialização, mas também apostar que potentes conexões possam ser feitas na dimensão “entre”: “entre” eles e “entre” eles e a equipe.

Nesse percurso, que apresentamos a seguir, tentamos efetuar um exercício do pensamento que busca situações e acontecimentos como potencializadores ou não da vida, insistindo na processualidade da subjetividade e da realidade e mapeando os planos de forças presentes nas situações.

Metodologia

Investigar os processos de subjetivação dos jovens que estão internados no CASE é, sobretudo, pensar as relações, a complexidade e os movimentos que fazem parte dessa realidade. Complexidade e movimento que se afastam do paradigma moderno da ciência, centrado na busca da verdade de uma forma reducionista, e se ampara em um paradigma pós-moderno. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002), vivemos certa crise da ciência, através de questionamentos acerca dessa totalização e dessa verdade, em busca do valor do conhecimento que deve dar sentido às nossas práticas cotidianas, ao nosso exercício profissional. Segundo o autor, construir uma sociedade mais digna é também produzir conhecimento acerca de situações cotidianas, que são em si complexas e determinadas por uma heterogeneidade de

fatores e de relações.

Nessa perspectiva, há um questionamento contínuo das ações com análise crítica. Para Roberta Romagnoli (2009) este pensamento possui as características: a) humildade epistemológica, pois não busca verdades absolutas; b) busca de ferramentas úteis para o entendimento do mundo; c) abandono da ideia de um lugar privilegiado para compreender as relações que nos rodeiam. É nessa perspectiva que a Cartografia, método usado nesse estudo, emerge, ao buscar a complexidade da realidade e da subjetividade. Esse método embasa-se ainda em uma leitura esquizoanalítica da realidade, se sustenta na invenção e na implicação do pesquisador, com a possibilidade de conectar a pesquisa com a vida.

Virginia Kastrup (2008) revela como ponto principal o processo de produção de conhecimento como transformador do objeto investigado. Assim podemos entender a cartografia como uma forma de pesquisa-intervenção já que atua sobre o campo e como campo, produzindo um conhecimento na micropolítica do cotidiano, tendo o pesquisador como vetor dessa produção. A cartografia surge como método de pesquisa intervenção, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari para o estudo da subjetividade e seu processo de produção. É um método que não corresponde a um conjunto de regras para serem seguidas, mas uma construção *ad hoc* que exige a habitação do território investigado e implicação do pesquisador no trabalho de campo. No método cartográfico não há o melhor caminho, nem o que é verdadeiro ou falso, mas o que é mais intenso e belo, o que causa estranheza. São pelos desvios que as linhas traçadas do desejo realizam a cartografia, potencializando vidas em territórios complexos e heterogêneos.

Fazer cartografia é desafiante, visto que rompe com o paradigma moderno que se pauta na racionalização hegemônica e a fragmentação, na qual somos habituados. Este é um campo em construção em uma perspectiva ético-política de afirmar a vida na sua potência de diferenciação. Contudo a cartografia também corre o risco de ser utilizada como um modelo, deve-se operar para a criação e não para a reprodução da vida.

Procedimentos

Para iniciar a pesquisa de campo foi necessário realizar os procedimentos burocrático-documentais, como solicitação de autorização para realização de pesquisa no CASE e projeto de pesquisa aprovado pelo comitê de ética, destinado ao Juizado da Infância e Juventude; Defensoria Pública e Ministério Público, órgãos responsáveis pelo CASE e locados no Centro Integrado de Apoio à Criança e ao Adolescente (CIACA). Após ter conseguido a autorização, fui encaminhada para a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, atualmente denominada Secretaria de Defesa Social, para autorização de entrada no campo de pesquisa. Foram então efetuados contatos telefônicos com o coordenador temporário do CASE, e finalmente consegui agendar as visitas à instituição, que ocorreram no mês de julho de 2013.

Foi iniciado o processo de conhecer a instituição, fazer observações participantes, anotar as impressões no diário de bordo, conhecer servidores e adolescentes da instituição que me propus a estudar, cartografando seu cotidiano.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no CASE, no mês de maio de 2014, precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que autoriza sua gravação para os profissionais que compõem a equipe técnica e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no CASE.

Posteriormente, foi realizada uma roda de conversa com os adolescentes, que não estava previsto no projeto inicial, mas que foi necessário para melhor cartografar as relações. Para participar do cotidiano da instituição com seu plano de forças, fui orientada a fazer ofício solicitando a liberação dos adolescentes para participarem da roda de conversa, como medida de segurança. Após muita burocracia foi possível realizar a roda de conversa, mesmo que esta não tenha sido conforme o esperado, pois não estava prevista a presença de três socioeducadores durante a roda. Essa presença com certeza produziu outra relação, atravessou a fala dos meninos, mas foi justificada como medida de segurança mais uma vez. Mas a dificuldade não foi somente com a realização da roda de conversa, dentro do CASE, para acompanhar as

atividades dos adolescentes no pátio, na quadra de esporte ou qualquer atividade afim havia a necessidade de pedir autorização para o chefe de segurança.

Participantes

Os participantes dessa pesquisa de forma direta foram os adolescentes selecionados ao longo da pesquisa juntamente com a equipe técnica, composta por técnicos da Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Enfermagem. Vale ressaltar que a escolha dos adolescentes a partir da visão da equipe técnica foi proposital para mapear os critérios por eles abordados. Os critérios utilizados pela equipe para escolha foram os “meninos” considerados mais tranquilos e menos problemáticos, além dos “meninos” que têm mais tempo de cumprimento de medida socioeducativa, pelo motivo da equipe conhecer melhor o comportamento desses adolescentes, e estarem preocupados com a minha segurança. Para eu aceitar essa preocupação, citaram exemplos de adolescentes com perfis perigosos por terem cometido homicídio. Nesses casos não seria adequado entrevistas. Também levaram em consideração não indicar para a roda de conversa os que têm problemas de relacionamento entre si, para evitar conflito no encontro do grupo. Os adolescentes na qual a equipe não visualizava uma possibilidade de ressocialização, também não foram considerados importantes para a pesquisa, diante a seleção. De forma indireta, foram participantes dessa pesquisa todos os demais profissionais da instituição, como coordenador geral, coordenador de segurança, socioeducadores, profissionais da equipe administrativa, equipe médica e de enfermagem.

Resultados e Discussões

Processos de Subjetivação

As reflexões e construções efetuadas nesse estudo são apresentadas a seguir a partir da ótica dos processos de subjetivação proposto por Deleuze e Guattari. Para além de uma leitura reducionista, que insiste na interioridade do sujeito, a construção subjetiva pode ser abordada pela articulação singular de múltiplos elementos em um determinado contexto social e histórico. Dessa maneira, os processos de subjetivação são pensados como um sistema complexo, constituído tanto pelo sujeito, como pelas relações que ele estabelece. Defendendo essa complexidade, Guattari (1990) afirma que somos todos atravessados por linhas as mais diversas - econômicas, políticas, ecológicas, tecnológicas, afetivas, artísticas, filosóficas, sociais, idiomáticas, culturais, entre outras - as quais nos constituem processualmente.

Com certeza esses processos que foram acompanhados são produzidos por uma multiplicidade de forças, portadores de uma complexidade indiscutível. Estudar os processos de subjetivação presentes no CASE é também conhecer a produção histórica e social acerca dos adolescentes e dos atos infracionais, articulando práticas e discursos instituídos e instituintes (Barembly, 1992) e elucidando os processos complexos, com o intuito de potencializar a invenção. É nesse jogo que se dá a construção do conhecimento desta pesquisa.

É uma produção histórica e social que explicita o funcionamento da sociedade, ou melhor, o sintoma da sociedade. De acordo com Fernanda Bocco (2006) vivemos um momento histórico que impera a lógica individual, e o público encontra-se esvaziado. E como efeitos, a linha de subjetivação indivíduo prevalece, linhas duras as contornam para uma subjetivação capitalística, homogênea. No entanto, é no coletivo/público que há a criação, o sentido irrompe, possibilitando novas formas de vida. As linhas que convergem contornam a subjetividade e sua manutenção, as que divergem desestabilizam para a dessubjetivação, dissolve o eu como referência e centro. Nesse sentido, tentamos ao longo desse estudo acompanhar qual a relação “entre” a prática do ato infracional com os processos de subjetivação desses adolescentes.

A noção de subjetividade de Gilles Deleuze e Félix Guattari se encontra para além dos dualismos e binarismos, como toda a proposta de pensamento dos autores, compreendendo o mundo e os humanos num movimento de co-engendramento recíproco e constante. Nesse aporte teórico, os processos de subjetivação são marcados pela multiplicidade de desejos e afetos, sempre perpassados por signos e símbolos, valores e normas de um determinado momento da sociedade, mas também por possibilidade de criação que se faz na conexão com a

dimensão não humana do “entre” (Deleuze & Guattari, 1995).

Em uma tentativa de escapar da representação e de uma lógica explicativa e transcendente, a partir da qual se compreende a subjetividade através de modelos, a Esquizoanálise se propõe a abarcar a realidade por fluxos, superfícies, velocidades e conexões, a partir da ideia de rizoma e de multiplicidade. O rizoma, como fluxo de variação contínua, não efetua dualismos, também não faz unidades, mas é em si uma multiplicidade. A multiplicidade não unifica nem totaliza e estabelece conexões entre diversos elementos que possuem dimensões próprias e conservam suas diferenças. A multiplicidade insiste na processualidade e nas relações sendo composto por diferentes vetores, dentre eles vetores sexuais, midiáticos, políticos, estéticos, entre outros. Ou seja, envolve processos singulares e heterogêneos que estão sempre em movimento. Esses processos são conquistados em relações que possibilitam outras composições da subjetividade, diferentes formas de existir (Deleuze & Guattari, 1995).

Dessa maneira, a subjetividade jamais é fixa, contudo seu contorno delinea-se a partir de uma composição singular de forças, certo mapa de sensações. Novos universos, novas sensações e novos mapas de relações nos afetam a todo instante sem que mude necessariamente a figura através da qual a subjetividade se reconhece. A ideia de rizoma associada à subjetividade nos faz pensar em uma subjetividade formada por linhas, que compõem as duas faces da subjetividade: a sensível, formada pelas linhas flexíveis e a formal, formada pelas linhas duras. Quando as forças que vêm de fora da subjetividade, e que são captadas pelas linhas flexíveis, forçam a entrada da subjetividade na processualidade da vida, a figura na qual esta se reconhece, perde sentido e se descobre precária e incerta. Tomada por certa inquietude age com movimento, agencia-se com essas forças para tornar-se outro, fazer outra composição subjetiva.

Sendo assim, como sujeitos, somos engendrados no devir de uma maneira rizomática e o que podemos fazer é deixar-se estranhar pelas marcas no corpo e tentar criar sentido que permita a existencialização. Quanto mais as marcas nos desassossegam e conseguimos existencializar, maior é o grau de potência de vida em nossa existência. Conforme Suely Rolnik (1993) trata-se de uma posição ontológica em relação à subjetividade, de um rigor ético/estético/político, que abarque as singularidades e sua potência de transfiguração apontando para deslocamentos, para processos de subjetivação.

O CASE e suas linhas

Dirigido pelo corpo técnico, o atendimento socioeducativo deve facilitar o acesso e oferecer - atendimento psicossocial individual regularmente, atendimento familiar, atividades que proporcione o restabelecimento e manutenção dos vínculos familiares, atendimento grupal, acesso à assistência jurídica ao adolescente e sua família, acompanhamento aos egressos da internação de modo opcional (Brasil, 2006).

Nas atividades iniciais da equipe, o primeiro contato do adolescente com os profissionais é chamado acolhimento. Contudo, o processo do acolhimento realizado corresponde a uma primeira entrevista com quem chega ao CASE. Claudia Neves e Ana Lúcia Heckert (2010) trabalham a ideia de acolhimento entendido não como atitude voluntarista, de bondade e favor por parte de alguns profissionais, geralmente exercida na triagem para repasse de encaminhamentos, mas como prática que se efetua na intercessão, no encontro entre as linhas duras e as linhas flexíveis, de forma imanente, que sustenta as práticas de cuidado. Assim, não é uma técnica, mas uma experimentação que emerge nos encontros, com o intuito de acessar a dimensão coletiva, intensiva da vida. Para as autoras o desafio do acolhimento está em perceber a necessidade de acessar a dimensão coletiva e relacional, que possa fazer da existência uma arte de viver, parte da ética de um cuidado consigo, com o outro e com o mundo.

Como experimentado nos atendimentos feitos pela equipe do CASE, percebi uma prática de acolhimento que tem como eixo a gestão do outro, que conforme Neves e Heckert (2010) afirmam, acaba por caracterizar uma interpretação moral. Percebi essas interpretações nos atendimentos que acompanhei, vi esse julgamento emergir quando, durante as entrevistas de acolhimento, os técnicos demonstraram não acreditar na fala dos “meninos”, como também na evidência de se relacionarem com eles de modo diferente conforme o ato infracional cometido. Por exemplo, quando o ato infracional é análogo ao homicídio, considerado grave, tratam

o reeducando com receio, como se houvesse um perigo eminente e pouca perspectiva de uma ressocialização efetiva. O conteúdo do que é falado nesses encontros, nos atendimentos individuais, muitas vezes é compreendido como “manobras” para influenciar o técnico. Essa apreciação, no entender da equipe, é aprimorada pela experiência adquirida no trato com os adolescentes. No entendimento de um dos profissionais da equipe técnica do CASE, o tempo de trabalho que possui na instituição a ajuda no modo de lidar com eles, tendo em vista que os adolescentes internos tentam manipular os funcionários através de discursos e ações que não são sinceras.

Pautando-se nessas considerações, devemos ficar atentos às lógicas de acolhimento que reduzem as possibilidades da vida circular, conforme Neves e Heckert (2010) pontuam. A primeira delas é a lógica organizativa espacial que se refere às práticas de recepção pautadas na educação, gentileza, atenção e simpatia, como ocorre nas ações de triagem, que em si não garantem de fato, um encontro. A segunda lógica é a intersubjetiva-relacional compreendida nos vínculos interpessoais a partir de uma escuta solidária e atenta aos sofrimentos: a máxima de tratar o outro como gostaríamos que fôssemos tratados. Contudo, muitas vezes, o acolhimento é realizado como implantação de normas e regras, aliado a um viés humanista na relação com o outro, a partir de prescrições hetero-determinadas. Ou seja, é efetuada uma disciplinarização dos corpos, estabelecendo o que se deve fazer e como se comportar, para o benefício próprio e para a sociedade.

Para Maria Lívia do Nascimento (2014), por amor à lei permitimos a judicialização da vida. Esse movimento baseia-se na denúncia de Michel Foucault de uma sociedade da norma, que agencia a produção de condutas e comportamentos esperados, dentro de um padrão e modelos fixos. As normas acionam o poder de forma anônima e funcionam como ideias construídas às quais se concede o status de verdade. Essas verdades transitam por todos os eixos do poder e em torno das quais as pessoas são estimuladas a moldar e a fabricar suas vidas, seu cotidiano. Ou seja, as normas exercem um controle interiorizado nas pessoas.

Na tentativa de escapar dessa normatização, “a proposta da intervenção é reconhecer seus modos de vida como construções históricas, afirmando os usuários como possuidores de múltiplas lógicas, dentre as quais se encontram as que resistem aos modelos produzidos como absolutos” (Nascimento e Tedesco, 2013, p. 602). Na área da infância e da adolescência os processos de judicialização estão bastante marcados, principalmente através dos discursos de proteção à luz das leis como a constituição (1888) e o ECA (1990). Nascimento (2014) afirma que para o exercício da proteção existe a máxima de que somos todos responsáveis, e assim há incentivo à denúncia como uma responsabilidade social a favor da justiça e da ordem. A partir das leis é que se amplia o poder judiciário e institui-se a rede de atendimento.

Dessa forma, no acompanhamento socioeducativo o acolhimento pode dificultar ou potencializar as conexões com os adolescentes. Neves e Heckert (2010) indagam em que circunstâncias os “modos de fazer” e as diferentes abordagens do processo de acolhimento põem a funcionar e produzem. Nesse sentido, problematizam em que circunstâncias o acolhimento modela, insere quem estamos acolhendo em modelos e em julgamentos que se distanciam de uma acolhida da diferença, da alteridade, de fato. Percebi que o risco da disciplinarização é muito presente. Linhas duras de um fazer que classifica e distancia, como muitas vezes acontece no cotidiano dos adolescentes.

Como foi colocado acima, depois do acolhimento é efetuado o PIA. Por sua vez, o PIA é estabelecido para o cumprimento das medidas socioeducativas, nos art. 52 e art. 53 do SINASE, corresponde a um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (Brasil, 2012). Sob responsabilidade da equipe técnica e com a participação do adolescente e da família (representado por pais ou responsáveis). O PIA é fornecido ao Juizado da Infância e Juventude com prazo de 45 dias.

A elaboração do PIA é uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. Como vimos, a elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional, por meio de intervenções técnicas junto ao ado-

lescente e sua família, nas áreas: a) Jurídica: situação processual e providências necessárias; b) Saúde: física e mental proposta; c) Psicológica: (afetivo-sexual) dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos; d) Social: relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos; e) Pedagógica: estabelecem-se metas relativas à escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado.

Desse modo, o PIA enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. A evolução deve ser acompanhada de forma prolongada, no intuito de proporcionar ao reeducando a compreensão de onde está e aonde quer chegar. No PIA é registrado as alterações que orientarão na pactuação de novas metas do adolescente (Brasil, 2006).

Para a realização do PIA, no CASE, a equipe percebe alguns entraves: a demanda é grande, pois há uma considerável quantidade de adolescentes a serem atendidos; dificuldade no acompanhamento do contexto familiar, social e econômico para dar continuidade e efetivação do plano de vida a fim da ressocialização. Além disso, é preciso destacar que os objetivos declarados pelo adolescente no PIA nem sempre são condizentes com o real sentido na vida e expectativa do adolescente, ou seja, com o que ele espera da própria vida.

Cartografando o cotidiano dessa realidade, pude constatar que a equipe técnica tem como linha de cuidado principal, os atendimentos individuais e a produção dos documentos para o Juizado da Infância e Juventude. Essa constatação me fez pensar até que ponto os elementos que circulam nos encontros da equipe com os adolescentes não inviabilizam um acolhimento efetivo e uma sustentação das atividades propostas pelo SINASE. O medo que vi emergir várias vezes no período em que estive no CASE interfere nas conexões com esses meninos. Estes instrumentos de trabalho são da ordem molar, macropolítica, das formas, e embora façam parte do dia-a-dia, organizem e deem sentido ao trabalho, por si só não garantem deslocamentos, pois através deles não há intensidade, forças inventivas. Atuam como normas, pela instauração de verdades através de nossos saberes. Conforme Maria Livia do Nascimento e Silvia Tedesco (2013) seguindo o sentido da criação, o desafio é escapar dos contornos delimitados, preestabelecidos e invariáveis que nos tornam insensíveis aos efeitos políticos.

Examinando a inserção profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Raquel Raichelis (2010) observa que esse sistema amplia o mercado do assistente social e do psicólogo. Todavia, da forma como é feita essa ampliação, também compromete as condições dessa atuação que, muitas vezes, sustentam processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho. Nesse contexto, esses profissionais se encontram precarizados e pauperizados. Um exemplo disso é o que ocorre no CASE, em que boa parte dos profissionais são terceirizados e temporários. Além disso, questões como insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, falta de horizontes para profissionais de mais longo prazo, necessidade de políticas de qualificação e capacitações profissionais interferem diretamente no trabalho, como foi apontado por vários dos profissionais escutados.

Essa mesma precarização do trabalhador ocorre na inserção da psicologia no campo das políticas sociais. Oswaldo Yamamoto e Isabel Oliveira (2010) tratam do processo de inserção dos Psicólogos no campo do bem-estar social e mais especificamente na saúde pública e na assistência social. No campo da assistência social apontam para a marca histórica da desprofissionalização que constantemente sustentam práticas eventuais e com ações inconsistentes, com relações empregatícias instáveis, com alta rotatividade e baseadas em vínculos de “confiança”, ao invés de competência profissional. Nessa trajetória os autores criticam ainda que há uma grande ênfase no sujeito, sustentado por intervenções ainda calcadas na clínica tradicional, como sinônimo de psicologia. Os autores também oferecem propostas como incentivar um posicionamento político mais crítico do Psicólogo; a necessidade de novos referenciais teóricos e técnicos, e buscar conhecer melhor as realidades familiares.

Conforme nos lembram Carmem Senra e Raquel Guzzo (2012) os documentos oficiais e serviços instaurados não garantem a transformação social, na verdade, eles devem vir associados a uma prática transformadora, o que significa que a intervenção profissional é sempre posicionada e deve ser objeto constante de reflexão. Neste sentido, percebi um distanciamento

da proposta da macropolítica, que deveria garantir os direitos não só dos segmentos excluídos, mas dos próprios profissionais que a sustentam, e a micropolítica que se dá em uma situação que despontencializa a força dessa equipe. Os profissionais do CASE percebem isso.

Letícia Sousa e Roberta Romagnoli (2012) criticam a fragmentação das ciências contemporâneas e apontam discussões epistemológicas. Nos paradigmas do conhecimento há três modelos de práticas: a multidisciplinar, a interdisciplinar e a transdisciplinar. Para Sousa e Romagnoli (2012), a análise dessas práticas é possível através da conexão entre as disciplinas da seguinte forma: na prática multidisciplinar realizam-se intervenções concomitantes, mas cada disciplina possui seu saber/fazer específico acerca do seu “objeto” e assim não perde seu aporte teórico, metodológico e discursivo. Já na prática interdisciplinar há uma maior interação e troca entre os saberes, mas ainda existe uma centralidade do saber e diferença de poder entre os campos envolvidos. Por fim, a prática transdisciplinar possibilita a articulação entre as disciplinas, saberes e práticas. Nesta última, se faz passagem, desestabiliza as relações de poder, os campos de saber e as especialidades, convoca formas de intervenção potencializadoras e inventiva.

No CASE aparece de forma bem marcada a prática multidisciplinar, em que a intervenção em alguns momentos pode até ser em conjunto (profissionais e saberes diferentes em um mesmo espaço físico), mas cada disciplina atuando no que entendem ser competência de sua área de saber/fazer. Ressaltamos, que apesar de termos capturado momentos em que imperava a prática multidisciplinar no CASE, os modos de intervir podem funcionar por diferentes jogos de forças e direções e que vai depender dos agenciamentos e devires a cada momento.

Sousa e Romagnoli (2012) criticam a fragmentação das ciências contemporâneas e apontam discussões epistemológicas. Nos paradigmas do conhecimento há três modelos de práticas: a multidisciplinar, a interdisciplinar e a transdisciplinar. Para Sousa e Romagnoli (2012), a análise dessas práticas é possível através da conexão entre as disciplinas da seguinte forma: na prática multidisciplinar realizam-se intervenções concomitantes, mas cada disciplina possui seu saber/fazer específico acerca do seu “objeto” e assim não perde seu aporte teórico, metodológico e discursivo. Já na prática interdisciplinar há uma maior interação e troca entre os saberes, mas ainda existe uma centralidade do saber e diferença de poder entre os campos envolvidos. Por fim, a prática transdisciplinar possibilita a articulação entre as disciplinas, saberes e práticas. Nesta última, se faz passagem, desestabiliza as relações de poder, os campos de saber e as especialidades, convoca formas de intervenção potencializadoras e inventiva.

A cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1995), também usa a perspectiva da transdisciplinaridade e vai contra o paradigma da neutralidade científica, torna a pesquisa e a intervenção indissociáveis. Conforme Nascimento e Tedesco (2013) é um movimento de diferenciação. Nesta corrente, visam acompanhar as linhas de fuga; as resistências às forças dominantes; as forças políticas de cada momento; os efeitos dos movimentos e as forças que emergem sobre os processos de subjetivação. Para tal, a proposta é cartografar, mapear os movimentos macro e micropolíticos e assim fortalecer as forças instituintes e de subjetivação (Deleuze & Guattari, 1996). Em suma, a cartografia se refere aos estudos da subjetividade, realizado pelo encontro de vetores híbridos das diferentes esferas da vida. Visto e entendido como processo é sempre efeitos de composições transitórias. Assim, o que vimos no CASE torna-se uma leitura circunstancial e transitória, sendo que em algumas situações a interdisciplinaridade, e porque não, a transdisciplinaridade pode ser conquistada, embora não tenhamos presenciado.

Com certeza, não é simples trabalhar no cotidiano com as medidas socioeducativas, muitas dificuldades são apontadas e vivenciadas, divergindo com as determinações documentais do ECA, SINASE e PIA. Por sua vez, as atribuições exigidas dos socioeducadores consideram um profissional que desenvolva tanto tarefas relativas à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários quanto às atividades pedagógicas. Ou seja, esperam que este atue para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e profissionalizantes específicas (Brasil, 2006).

A linha do cuidado, enquanto modo de produzir cuidado, e a linha da equipe, enquanto modo de organização dos processos de trabalho, compõem as relações com os “meninos”.

Assim, as mudanças constantes que ocorrem no cotidiano, oriundas das precárias condições de trabalho, interferem na relação com os adolescentes e, por sua vez, no comportamento dos mesmos. Alteração que é percebida pelos profissionais. Quando ocorre a mudança de gestores e outros membros da equipe, geralmente mudam-se as regras, mudam-se a rotina e a organização das atividades, gerando nos adolescentes raiva, dúvidas, medos... Sentimentos que muitas vezes sustentam confrontos e rebeliões, batidões, dentre outras manifestações. Nessa direção, para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2006) é um desafio para as unidades de privação de liberdade, elaborar as normas internas de forma clara e bem estruturada. E, no caso da instituição que pesquisei, é um desafio também mantê-las. Entre os sentimentos que emergiram nas falas e nos encontros com os adolescentes do CASE estão a raiva e a tristeza.

Dessa forma, cabe analisarmos os efeitos dos encontros, uma vez que marcas surgem da exterioridade que assolam os processos de subjetivação (Deleuze, 2002). Isso porque um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõem, pelo seu poder de afetar e ser afetado. Para Deleuze (2002), essas relações podem ser de movimento e de repouso, de velocidade e de lentidão, e é a partir dessas relações que nos agenciamos, que afetamos e somos afetados. Assim, não somos separados da nossa relação com o mundo. E tudo se define pelo agenciamento de movimentos e de afetos, nos quais vamos nos compondo ou decompondo.

Talvez por ser composto de um plano de organização, de extratos muito cristalizados, percebemos que o CASE e as relações que lá são tecidas, favorecem a criação de encontros despotencializadores, que minam as forças das construções subjetivas que lá transitam, sobretudo dos meninos e muitas vezes impedem a construção de diferenças.

Considerações Finais

O SINASE objetiva a ação socioeducativa baseada nos princípios dos direitos humanos, contudo essas ainda estão no plano jurídico e político-conceitual. Devemos buscar concretizar os avanços contidos na legislação e contribuir para a efetiva cidadania dos adolescentes em conflito com a lei.

O sistema socioeducativo tem uma lógica de funcionamento educativo e de responsabilização, segundo a lei do SINASE (2012). No entanto, historicamente em nosso país, conforme Valéria Figueiredo (2011) nos aponta, é possível verificar uma lógica de funcionamento educativo-punitivo-carcerária, especialmente os contextos de restrição e de privação de liberdade de adolescentes. Desse modo, as medidas disciplinares e do controle modular, operam e se materializam por meio de práticas coercitivas no atendimento específico a essa população “em desenvolvimento”. Entendemos que todos esses atravessamentos, assim como a relação que ocorre entre técnicos e adolescentes através do acompanhamento socioeducativo, produzem efeitos nas subjetividades, atuando muitas vezes, como linhas duras que impedem a ressocialização desses adolescentes.

Na linha do estigma, fica claro que o discurso da segurança atravessa o relacionamento da equipe com os adolescentes. Esse segmento é composto pelo perigo, pelo medo e pela possibilidade de tragédias. O estigma está presente nas construções subjetivas, correndo o risco de ser reproduzida. Dessa forma concluímos que há mudanças conquistadas com o ECA, mas a mentalidade segregativa continua, visto que, ainda não se veem esses adolescentes como sujeitos de direitos. Lembrando que a lógica punitiva e coercitiva no tratamento do adolescente foge da proposta socioeducativa.

Indaga-se que forças e que afetos circulam nos encontros produzidos entre equipe e adolescentes compondo processos de subjetivação inventivos. Nessa relação cotidiana percebemos que não há privilégio dos encontros e das forças que daí possam surgir, mas sim há a presença de um discurso e de uma prática marcados pelo medo e julgamento, que tem como efeito a “indisciplina”, calcada no sentimento de raiva por parte dos adolescentes que ali se encontram. Para Deleuze e Guattari (1996, p.92) “[...] quanto mais a organização molar é forte, mais ela suscita uma molecularização de seus elementos, suas relações e seus aparelhos elementares”. Assim, o que barra, o que formata se moleculariza em estratos que endurecem o cotidiano do CASE, moleculares, mas nem por isso menos eficaz.

A complexidade das relações entre a equipe e os meninos promove um campo de efei-

tos que leva geralmente à reprodução e à antiprodução (Baremlitt, 1992). Notamos nessa trama, entre linhas e endurecimentos, como é difícil a invenção, mas não impossível, como nos lembram Deleuze e Parnet (1998). Indagamos mais uma vez: que tipo de vida é engendrada através da rotina e das atividades oferecidas aos “meninos” do CASE? Essa é uma questão importante para (re)pensar tanto as medidas socioeducativas como as práticas dos agentes sociais que trabalham com esse programa.

Dessa forma, percebemos que no CASE quase não tem caos, no sentido criativo como Rolnik (1999) aponta, mas sim uma reprodução de uma exclusão social, de um assujeitamento. Atualmente há um discurso massificado quanto à responsabilização dos adolescentes considerados autores de atos infracionais pelo aumento da violência urbana no país. Ancorados nessa premissa, paralelamente, encontram-se preconceitos, condições precárias dos equipamentos de internação em estabelecimentos educacionais, rebeliões constantes, mortes, maus tratos, relação dos adolescentes com o uso de drogas, criminalização da pobreza, punição versus impunidade entre outros atravessamentos.

Esse estudo apontou para a complexidade do território das medidas socioeducativas, mostrando que, muitas vezes, o que se faz é uma gerência da vida e não a abertura para a possibilidade de ressocialização. Nesse contexto, esperamos com este estudo contribuir para novos desdobramentos no campo, produzindo conhecimentos locais, parciais e provisórios que permitam problematizar e colocar em análise um conjunto de linhas presentes no cotidiano do acompanhamento socioeducativo. E assim, ressaltar os efeitos de relações macropolíticas e micropolíticas que atravessam o cotidiano das medidas socioeducativas, e que produzem processos de subjetivação que ora pendem para a reprodução, ora para a invenção.

Referências

BAREMBLITT, G.F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. 2006. 174f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943. Diário Oficial da União. Brasília, 18 jan. 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, Presidência da República. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

DELEUZE, G. Espinosa e nós. In: ----- . **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002. p.127-135.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: ----- . **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v.1. p.11-37.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 1933 – Micropolítica e segmentaridade. In: ----- . **Mil Platôs: capita-**

lismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1996. p.83-115.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FIGUEIREDO, V.C. **Sistema Socioeducativo: uma falácia?** 2011. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2009.

GUATTARI, F. Linguagem, consciência e sociedade. **Revista Saúde e Loucura**, São Paulo: Hucitec, v.2, n. spe, p.3-17, 1990.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L.R; BESSET, V.L (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p.465-489.

NASCIMENTO, M.L. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.19, n.3, p. 459-467, jul.-set. 2014. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a11v19n3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

NASCIMENTO, M.L; TEDESCO, S.H. Análise Institucional e Cartografia: efeitos de contágio. In: L'ABBATE, S.; MOURÃO, L.C.; PEZZATO, L.M (Orgs.). **Análise Institucional e Saúde Coletiva**. São Paulo; Editora Hucitec, 2013, p.356-369.

NEVES, C.A.B; HECKERT, A.L.C. Micropolítica do processo de acolhimento em saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, v.10, n.1, jan.-abr. Disponibilidade em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a11.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PARPINELLI, R.S; SOUZA, E.W.F. Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.3, set.-dez. 2005. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a15>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, out.-dez. 2010. Disponibilidade em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP**, São Paulo, v. 1, n. 2, fev./set. 1993. Disponibilidade em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROLNIK, S. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: L. Santaella & J. A. Vieira (Org.). **Caos e ordem na filosofia e nas ciências**. São Paulo: FACE e FAPESP, 1999. p.206-221.

ROMAGNOLI, R.C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, Aug. 2009. Disponibilidade em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 dez. 2019.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 13 ed. Porto: Afrontamento.2002.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios**. (Antônio Carlos Gomes da Costa, Co-

ord. Técnica.) Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2006. Disponibilidade em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Os%20Regimes%20de%20Atendimento%20no%20Estatuto%20da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SENRA, C.M.G; GUZZO, R.S.L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, mai.-ago. 2012. Disponibilidade em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102718220120002000006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2018.

SOUSA, L.S; ROMAGNOLI, R.C. Considerações acerca da articulação clínica, rizoma e transdisciplinaridade. **Mnemosine**: Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2012. Disponibilidade em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/242/pdf_227>. Acesso em: 21 nov. 2018.

YAMAMOTO, O.H; OLIVEIRA, I.F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.26, n.spe. 2010. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

Recebido em 06 de janeiro de 2020.

Aceito em 23 de março de 2021.